

# **TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ**

## ***DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS***

### **PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ENTIDADES PÚBLICAS INTERMUNICIPAIS**

**EXERCÍCIO DE 2003**

**Instrução Técnica nº 29/2004**



# **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

## **INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 29/2004**

**Regulamenta o Provimento nº 48/2002, quanto à prestação de contas anual, relativa ao exercício financeiro de 2003, dos Consórcios intermunicipais do Estado do Paraná, para fins de verificação do cumprimento do § 5º, do art. 8º, da Lei Complementar Estadual nº 82, de 24/06/98.**

### **I – APLICABILIDADE**

Art. 1º - As normas desta Instrução aplicam-se aos Consórcios intermunicipais e entidades congêneres formadas por Municípios do Estado do Paraná, para a realização dos serviços e obras de interesse comum, dispostos no art. 2º, da Lei Complementar nº 82, de 24/06/98.

### **II - PRAZO**

Art. 2º – As prestações de contas das entidades sujeitas à presente Instrução Técnica, relativas ao exercício financeiro de 2003, serão protocoladas junto ao Setor de Protocolo Geral do Tribunal de Contas, até as 19:00 horas do dia 30 de abril de 2004.

Art. 3º – O encaminhamento da prestação de contas poderá ser realizado através do Serviço de Correios, mediante remessa registrada, caso em que será considerada como data de entrega a de postagem na Agência respectiva.

Art. 4º – As prestações de contas das entidades municipais referidas no título I desta Instrução, serão compostas de documentos originais ou de cópias autenticadas pela autoridade competente, mantendo-se na origem cópias da integralidade destes.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

## III – COMPOSIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 5º – A composição das prestações de contas das entidades intermunicipais está determinada no título 2, do Anexo I desta Instrução, constituindo-se de documentos comprobatórios e de demonstrativos padronizados pelo Tribunal de Contas.

Art. 6º – Os elementos constitutivos das prestações de contas deverão compor volumes cuja autuação deverá ser realizada em estrita observância às regras contidas no título 1, do Anexo I desta Instrução.

Art. 7º – O Setor de Protocolo, do Tribunal de Contas, não recepcionará Prestações de Contas sem Ofício de Encaminhamento e Índice onde sejam indicadas as numerações das folhas de cada item da Relação de Documentos, contida no Anexo I desta Instrução.

Parágrafo Único - Não se aplicando o documento ao caso específico da entidade, este fato deverá ser declarado na folha de Índice, de acordo com o Modelo constante do Anexo II desta Instrução, mediante indicação da expressão “N/A” em substituição ao número de folhas do documento.

Art. 8º – As definições de conteúdo, instruções de preenchimento e o *layout* dos Relatórios e Demonstrativos padronizados, estão descritos no Anexo II, desta Instrução.

Art. 9º – Os Relatórios Padronizados deverão ser impressos e assinados pelo Ordenador da Despesa, além do Contador e/ou responsável pelo Setor Administrativo pertinente, e anexados ao volume documental de acordo com a ordem estabelecida no Anexo I.

## IV – DOS RESPONSÁVEIS

Art. 10 – Constitui pré-requisito para o recebimento da prestação de contas anual, a identificação dos responsáveis pela gestão e pela contabilidade da entidade, indicando-se as datas de início e fim dos períodos de responsabilidade.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Único - As informações estabelecidas neste artigo deverão estar previamente cadastradas no Sistema de Cadastro do Tribunal de Contas, compreendendo dados de todos os gestores que responderam pela entidade durante o exercício de 2003, incluindo-se os responsáveis técnicos pela contabilidade no mesmo período.

### **V – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 11 – A ausência de qualquer dos elementos exigidos nos termos do Anexo I desta Instrução Técnica, constitui fator determinante de irregularidade formal da prestação de contas, salvo quando expressamente declarada, no índice, a sua inexistência ou inaplicabilidade.

Art. 12 – As entidades intermunicipais ficam obrigadas à manutenção de arquivos em boa ordem, dos documentos comprobatórios que dão suporte às transações contábeis, bem como do Livro Diário da Contabilidade onde serão individualizados os movimentos e transcritos, ao final do exercício, o Balancete Analítico de Verificação e os Anexos de balanço previstos na Lei 4.320/64.

Art. 13 – O Tribunal de Contas poderá determinar a realização de auditorias, tendo em vista os dados e documentos apresentados, cujos relatórios serão apensados à prestação de contas anual, servindo como subsídio à respectiva análise técnica e legal.

*Cumpra-se.*

*Curitiba, em 15 de março de 2004.*

Henrique Naigeboren  
**Presidente**